

Sociedade  
Pernambucana de  
Combate ao  
Câncer Unidade  
Pernambucana de  
Atenção  
Especializada -  
UPAE Palmares

**Demonstrações financeiras “carve-out”  
em 31 de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial “carve-out”</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado “carve-out”</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente “carve-out”</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido “carve-out”</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa “carve-out” – Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104  
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil  
Telefone +55 (81) 3414-7950  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”

Aos Associados e aos Diretores da

**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC)**

Palmares – PE

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” da Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares (“Entidade”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC), que compreendem o balanço patrimonial “carve-out” em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para o período de cinco meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira “carve-out” da Entidade, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações “carve-out” e os seus fluxos de caixa “carve-out” para o período de cinco meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer – SPCC (“Sociedade”) incorreu no déficit de R\$ 872 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, nessa data, o passivo circulante da Sociedade excedeu o total do ativo em R\$ 31.767 mil. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos nesta descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e, conseqüentemente, da Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares, filial da Sociedade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Ênfase

### **Base de preparação das demonstrações financeiras “carve-out”**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”. As demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a filial Unidade Pernambucana de Atenção Especializada – UPAE Palmares, juntamente com a matriz Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC), tivessem operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas junto à Secretaria Estadual de Saúde (SES), portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

### **Renovação do contrato de gestão**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras “carve-out”, que descreve que a Unidade Pernambucana de Atenção Especializada – UPAE Palmares (“Entidade”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, atua como gestora da unidade de saúde por meio do contrato de gestão. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações financeiras “carve-out” deve ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Base de elaboração das demonstrações financeiras**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 demonstrações financeiras “carve-out”, Unidade Pernambucana de Atenção Especializada – UPAE Palmares (“Entidade”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer iniciou as suas atividades operacionais em 22 de agosto de 2022. O período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2022 é o primeiro exercício social da Entidade, não existindo assim exercício comparativo a ser divulgado.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras “carve-out”

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de novembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC PE-000904/F-7

  
Tiago dos Santos Lima  
Contador CRC 1SP-268549/O-6

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares**

**Balanco patrimonial "carve-out" em 31 de dezembro de 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7	484	Fornecedores	10	89
Contas a receber	8	417	Obrigações tributárias	11	21
Estoques	9	54	Obrigações trabalhistas e sociais	12	155
Outros ativos		19			
		<u>974</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>265</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>974</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	14	
			Patrimônio social		-
			Superávit acumulado		709
					<u>709</u>
			<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>709</b>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>974</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>974</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares**

**Demonstração do resultado "carve-out"**

**Para o período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>
Receita operacional líquida	15	1.668
Custos operacionais	16	<u>(745)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<b>923</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	17	(218)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	17	<u>5</u>
		<b>(213)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		
Receitas financeiras	18	2
Despesas financeiras	18	<u>(3)</u>
		<b>(1)</b>
<b>Superávit do período</b>		<b><u><u>709</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares**

**Demonstração do resultado abrangente "*carve-out*"**

**Para o período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2022**

**(Em milhares de Reais)**

	<b>2022</b>
<b>Superávit do período</b>	<b>709</b>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b><u><u>709</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "*carve out*".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido "carve-out"**

**Para o período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit acumulado</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldo em 18 de agosto de 2022</b>	-	-	-
Superávit do período	-	709	709
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>709</b>	<b>709</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Palmares**

**Demonstração do fluxo de caixa "carve-out" - Método indireto**

**Para o período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do período		<u>709</u>
<b>(Aumento)/redução nos ativos em:</b>		
Contas a receber - Contrato de gestão		(417)
Estoques		(54)
Outros ativos		(19)
<b>Aumento/(redução) nos passivos em:</b>		
Fornecedores		89
Obrigações tributárias		21
Obrigações trabalhistas e sociais		<u>155</u>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<u><b>484</b></u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><u><b>484</b></u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	7	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	<u>484</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><u><b>484</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve out".

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”**

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“SPCC” ou “Sociedade”) qualificada como Organização Social, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e administração na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, com endereço na Avenida Cruz Cabugá, nº 1.597, Santo Amaro, CEP 50.040-000, com duração indeterminada, fundada em 09 de novembro de 1948, com natureza de pessoa jurídica de direito privado, que se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente.

A SPCC tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, pelo Decreto nº 67.087, de 20 de agosto de 1970, e de utilidade pública estadual pela Lei nº 1.568, de 04 de dezembro de 1952.

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer ganhou o direito de administrar a Unidade Pernambucana de Atenção Especializada – UPAE Palmares (“UPAE Palmares” ou “Entidade”), situada na Avenida José Prestato de Santana, s/nº, Bairro Quilombo dos Palmares, no município de Palmares, Pernambuco, CEP: 55.540-000. A UPAE Palmares tem por finalidade desenvolver as seguintes atividades:

- Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;
- Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas;
- Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
- Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente;
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
- Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;
- Laboratórios de anatomia patológica e citológica;
- Laboratórios clínicos;
- Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia;
- Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos;
- Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos;
- Atividades de enfermagem;
- Atividades de profissionais da nutrição;
- Atividades de psicologia e psicanálise;
- Atividades de fonoaudiologia;
- Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral;
- Atividades de acupuntura.

Segundo o Estatuto Social da SPCC, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal são vedados de receberem a qualquer título, direta ou indiretamente, remuneração ou qualquer vantagem em razão das suas funções. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais.

### **1.1 Contrato de gestão – Unidade Pernambucana de Atenção Especializado – UPAE Palmares**

Em 18 de agosto de 2022 foi firmado o Contrato de Gestão Nº 001/2022 entre o Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde (SES-PE), e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 02 (dois) anos, contados da assinatura do instrumento, renovável por sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos. O contrato assinado em 18 de agosto de 2022 possui vigência até 01 de setembro de 2024.

O valor global anual do primeiro ano está estimado em R\$ 7.051, mediante a liberação de 04 (quatro) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$ 417, 08 (oito) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$ 647 e o valor de R\$ 205 referente aos recursos para os custos indiretos incorridos pela administração central da organização social de saúde, devido ao cronograma de implantação dos serviços e está sujeita ao acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Secretaria de Estado de Saúde – SES-PE.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, onde as atividades desenvolvidas pela filial UPAE Palmares estão atreladas a metas descritas em contratos de gestão, firmados entre o Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Saúde (SES-PE) e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, a qual depende do recebimento de repasse de recursos da SES-PE para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, bem como da renovação do Contrato de gestão cujo primeiro contrato se encerrará em 01 de setembro de 2024.

### **1.2 Situação financeira, planos da Administração e continuidade operacional da SPCC**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a SPCC conseguirá cumprir com suas obrigações por meio de contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro originadas conforme plano de reestruturação operacional, novos investimentos, repactuação contratual e reequilíbrio financeiro das unidades sobre gestão.

A SPCC apresentou déficit de R\$ 872 em 2022 (déficit de R\$ 18.925 em 2021). Nessa data, a Sociedade apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, ou seja, o passivo circulante excedente ao ativo circulante, em R\$ 31.767 (R\$ 17.134 em 2021), devido, substancialmente, ao acúmulo de obrigações de pagamento aos fornecedores, trabalhistas e sociais, parcelamentos trabalhistas e tributários, e obrigações por convênios.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Sociedade. Se a Sociedade não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos em relação à realização dos seus ativos, bem como ao cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

A Administração da SPCC reforça o seu compromisso com a continuidade das suas operações através das medidas descritas abaixo, que têm o objetivo de mitigar os eventos e condições que indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à sua continuidade operacional. No entanto, uma vez que o sucesso de tais medidas não está sob o controle da SPCC visto que a aprovação dos reequilíbrios financeiros depende de terceiros, dessa forma, a Administração não pode assegurar que estas ações produzirão os desejados efeitos de sua implementação.

A SPCC é mantenedora das filiais relacionadas abaixo, cujos principais indicadores financeiros estão apresentados a seguir:

		Em 31 de dezembro de 2022 (R\$ mil)				
Unidade	Contrato	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	CCL
Hospital de Câncer	-	105.325	103.744	1.581	(2.067)	(16.522)
Hospital da Mulher do Recife - HMR	028/2016	9.946	19.965	(10.018)	(1.218)	(12.051)
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	3.667	2.181	1.486	(134)	(1.960)
Hospital São Sebastião	002/2018	6.097	5.700	397	172	(3.302)
UPAE Caruaru	003/2018	5.006	2.695	2.311	290	840
UPAE Belo Jardim	004/2014	6.400	1.086	5.314	220	548
UPAE Arcoverde	005/2014	5.530	1.275	4.255	61	670
UPAE Arruda	100/2016	852	1.646	(795)	53	(997)
UPA Igarassu	002/2022	3.129	2.086	1.043	1.043	299
UPAE Palmares	020/2022	974	265	708	708	708
				<b>Total</b>	<b>(872)</b>	<b>(31.767)</b>

A Administração da Sociedade definiu um plano de continuidade operacional, que considera os impactos a curto, médio e longo prazos no que diz respeito ao cenário econômico e financeiro e os seus reflexos nas atividades e desempenho operacional. Com base nesse plano, a SPCC tem feito ações que possibilitarão a melhoria no resultado operacional e equalização dos demais índices financeiros, as quais estão descritas a seguir:

### **Reestruturação operacional**

Durante o exercício de 2021, a Sociedade contratou empresa especializada para auxiliar na reestruturação do desempenho operacional com o objetivo de redução dos custos e redimensionamento do quadro de pessoal. Os projetos de Diagnóstico e Modelagem Organizacional e Dimensionamento do Quadro contemplam os seguintes escopos:

Abaixo seguem medidas da administração para redução do déficit ao longo do ano de 2023 e 2024:

*a. Aumento da receita operacional líquida*

A Administração da Matriz realizou pleitos para aumento dos valores a receber junto a SES. Dos pleitos realizados, já conseguimos aprovação do pré-fixado da média complexidade representando um aumento anual de R\$ 3.009 e no pós- fixado alta complexidade aumento de R\$ 1.976 mensal no limite de produção, ambos formalizados através do 10º Termo Aditivo ao convênio 004/2018 firmado com a SES, vigente a partir de maio/2023. Além disso, também foi pleiteado aumento do pré-fixado incentivos do recurso do tesouro estadual para entidades filantrópicas), calculado com base na capacidade instalada de forma que ao ser atendido, o faturamento mensal aumentará em R\$ 2.611 conforme regulamento da portaria SES 376/2015. Esse

aumento está em tramitação para análise técnica na SES e só planejamos o efetivo recebimento a partir de janeiro de 2024.

Com esses recursos aprovados, a SPCC tem a expectativa de alcançar em 2024 um equilíbrio financeiro que vai viabilizar aumento da sua capacidade de liquidez, ampliação da produção e melhorias na qualidade do serviço prestado, além de outros benefícios indiretos.

*b. Redução de custos de compras e renegociações contratuais*

A SPCC, embasada no permissivo da Lei nº 11.101/2005 e sua interpretação dada pelos Tribunais Pátrios e doutrina especializada, fez constar em seu Plano de Recuperação Extrajudicial (PREJ) cláusulas que permitem a adesão de seus credores que até a data do ajuizamento do processo nº 0049542-47.2023.8.17.2001 em curso perante o Juízo da 14ª Vara Cível Seção B da Comarca de Recife-PE (Ação) detenham créditos decorrentes do fornecimento de Material Médico e Hospitalar.

No total, 58 credores da unidade principal o HCP aderiram ao Plano, por meio do documento “Instrumento Particular de Adesão a Plano de Recuperação Extrajudicial, Transação, Confissão de Dívida, e Outras Avenças” para os quais já foram realizados pagamentos de algumas parcelas referentes ao total negociado da dívida. Os fornecedores que não aderiram ao plano aguardam homologação judicial.

Em seguida, a SPCC passou a realizar os pagamentos à vista e a nova gestão de suprimentos vem realizando um trabalho de negociação de preço de compra, onde conseguiu reduções significativas desde a adoção desta medida em maio de 2023.

*c. Recursos de terceiros*

Em março de 2023, foi realizado novo empréstimo pela SPCC, junto a instituições financeiras no montante de R\$ 30.000 para o qual foi realizado o seguinte planejamento:

- (1) Liquidação antecipada do empréstimo anterior;
- (2) Reforma e demais investimentos na radioterapia;
- (3) Redução do quadro de funcionários;
- (4) Redução da inadimplência com fornecedores e poder de barganha para compras à vista;
- (5) Capital de giro, visando redução de riscos com atrasos.

*d. Reparcimento dos tributos*

A SPCC conseguiu realizar reparcimentos que proporcionaram redução total do pagamento mensal relevante de forma a auxílio no capital de giro.

*e. Investimentos*

**Usina fotovoltaica**

A SPCC em 2022 realizou investimentos por meio de convênio firmado com a concessionária Neoenergia S.A., para implantação da usina fotovoltaica no montante de R\$ 1.322 a título de doação. A Sociedade investiu o valor de R\$ 152 na adequação da estrutura das cobertas para instalação da usina, a qual está prevista economia anual com energia no montante de R\$ 413.

***Estratégia financeira para reequilíbrio e repactuação de dívidas***

Para as filiais sob gestão, estão previstas duas ações para recuperação e equilíbrio do resultado operacional dos contratos de gestão. Abaixo destacamos as repactuações e recebimentos do reequilíbrio financeiro:

- *HMR*  
Repactuação da parcela dos repasses mensais no ano de 2022, através do 9º termo aditivo, aumentando em R\$ 314 a receita mensal da unidade (R\$ 3.767 mil ao ano). Além disso, houve novo reajuste de 11,8% em 2023, retroagindo ao mês de setembro de 2022, resultando um incremento na parcela mensal do contrato de gestão de R\$ 799. Foi firmado 13º termo aditivo relativo em 28 de abril de 2023 aos déficits contratuais de agosto de 2021 a dezembro de 2021 no valor acumulado de R\$ 4.999.
- *Hospital São Sebastião - HSS*  
No ano de 2023 a unidade recebeu o recurso de R\$ 4.000 proveniente de emenda parlamentar destinada ao custeio de medicamentos, dietas, materiais médicos e serviços ligados a assistência dos pacientes. A unidade possui pleitos solicitando déficits e possui expectativa de recebimento de R\$ 2.383 em novembro de 2023.
- *UPAE Caruaru*  
Há previsão de recebimento de parcela única de R\$ 125 a título de reequilíbrio financeiro a partir do mês de outubro de 2023. Além disso, há previsão de recebimento através de emenda parlamentar no valor de R\$ 1.000, prevista para recebimento durante 2023.
- *UPAE Belo Jardim*  
Há previsão de recebimento de R\$ 160 em 2023 referente ao termo aditivo do planifica SUS. Existem pleitos solicitando parcelas em aberto referentes aos anos de 2017 e 2018, no valor de R\$ 3.150, os quais devem ser analisados e definidos durante 2023.
- *UPAE Arcoverde*  
Existe a perspectiva de recebimento de reequilíbrio financeiro no valor de R\$ 160 referente ao termo aditivo planifica SUS. Existem pleitos solicitando parcelas em aberto referentes aos anos de 2017 e 2018 no valor de R\$ 3.150, os quais devem ser analisados e definidos durante 2023.
- *UPAE Arruda*  
A partir de agosto de 2022, houve a repactuação do contrato de gestão por meio do 3º termo aditivo, onde a UPAE Arruda recebeu incremento na parcela mensal de R\$ 24.

No decorrer do exercício de 2023, houve formalizações de aditivos, os quais incrementaram a parcela da UPAE Arruda, são eles:

- (1) 5º Termo aditivo - Execução de serviço de mutirão de consultas e exames, no período de 90 dias, totalizando um acréscimo na receita de R\$ 1.439;
- (2) 6º Termo aditivo - Em agosto de 2023 a UPAE Arruda, passará a prestar serviços de reabilitação infantil para crianças portadoras do Transtorno do espectro Autista -TEA, somando ao repasse mensal o valor de R\$ 103;

(3) Segundo termo de apostilamento ao contrato de gestão nº 100/2016 - reajuste da parcela correspondente à variação do IPCA, referente ao período compreendido entre julho/2021 e junho/2022, agregando o total de R\$ 57.

- *UPAE Igarassu*

Há previsão de acréscimo aditivo de R\$ 75 que está em análise e será recebido após a data de aprovação, previsto para ocorrer em 2023, e perspectiva de recebimentos de déficits no valor de R\$ 1.182.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras “*carve-out*” foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais “*carve-out*” em 31 de dezembro de 2022 e das demonstrações do resultado “*carve-out*”, do resultado abrangente “*carve-out*”, das mutações do patrimônio líquido “*carve-out*” e dos fluxos de caixa “*carve-out*” para o período de cinco meses findos em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” da filial UPAE Palmares são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações financeiras individuais da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer que foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” que estão sendo apresentadas contemplam os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Unidade de Atenção Especializada UPAE Palmares gerida pelo Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial do SPCC como um todo.

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso a Entidade manifeste interesse em não o renovar, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações financeiras “*carve-out*” foi autorizada pela Administração em 24 de novembro de 2023.

Detalhes sobre as políticas da UPAE Palmares são apresentados na nota explicativa nº 6 - Principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “*carve-out*”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras “*carve-out*” são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras “*carve-out*”, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **(i) Julgamentos**

A Entidade não possui transação contábil relevante para a qual fosse necessário a aplicação de julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas.

#### **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na nota explicativa nº 13 – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### **(iii) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Entidade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Entidade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Entidade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Entidade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras “*carve-out*” foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nestas demonstrações financeiras “*carve-out*”.

### **a. Apuração das receitas e despesas**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime de competência.

As receitas decorrentes de contrato de gestão, doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção, para aplicação específica, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Entidade.

### **b. Resultado financeiro, líquido**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicável, tarifas bancárias, despesas com juros sobre fornecedores pelo atraso de pagamentos e apropriação de encargos sobre impostos e contribuições parcelados ou em atraso.

### **c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, poupança, e aplicações financeiras de liquidez imediata.

### **d. Contas a receber – Contrato de gestão**

As contas a receber são demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessário. Uma provisão para perda esperada de créditos é constituída quando

existe uma evidência objetiva de uma expectativa futura de perdas da Entidade em relação ao contas a receber.

A Entidade receberá recursos financeiros mediante transferências oriundas da Secretaria de Saúde de Pernambuco – SES.

**e. Estoques**

Os estoques de materiais estão avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição, os quais não superam os custos de reposição, isso significa que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O valor realizável líquido é o valor de aquisição para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com a prestação do serviço.

**Medicamentos:** corresponde ao estoque de remédios utilizados na atividade principal da Entidade. O estoque é renovado mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura de acordo com a complexidade dos pacientes.

**Materiais médicos e descartáveis:** corresponde aos estoques de materiais de consumo hospitalar e materiais que colaboram com a higiene e saúde dos pacientes e são utilizados na atividade principal da Entidade. Estes estoques são renovados mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura, de acordo com a complexidade dos pacientes.

**Nutrição:** são os estoques de alimentos (gêneros secos, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados do leite) para serem utilizados na alimentação servida aos pacientes que são atendidos na Entidade.

**Almoxarifado administrativo:** composto por material de consumo administrativo, como materiais de expediente, tecidos, fardamentos, materiais de higienização e limpeza. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressurgimento mensal.

**Almoxarifado de manutenção:** composto por peças e material elétrico e hidráulico. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressurgimento mensal.

A Entidade avalia a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

**f. Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de: mensurados ao custo amortizado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores, partes relacionadas - mútuos e outras contas a pagar.

#### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o período de cinco meses findos em 31 de dezembro de 2022.

#### **g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

##### ***Ativos financeiros não derivativos***

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

#### **h. Patrimônio líquido**

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

#### **i. Provisões**

##### ***Geral***

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### ***Provisão para contingências***

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda é realizada anualmente e inclui a avaliação das evidências disponíveis, prazo de prescrição, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**j. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Impostos e contribuições**

A Entidade, por sua finalidade e objetivos, mediante art. 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeito ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A Entidade apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), com isso a Entidade é imune do pagamento de imposto de renda e está isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), assim como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da contribuição patronal à Seguridade Social.

**Imposto de renda e contribuição social**

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

**COFINS**

A Entidade é isenta do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

**Renúncia fiscal**

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal para o exercício findo em dezembro de 2022:

- Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo).
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL).

***ISS sobre a receita (ISSQN)***

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos da Constituição Federal, nos termos do artigo 150, VI, “c”, aos quais as entidades sem fins lucrativos são imunes do Imposto Sobre Serviços (ISS).

### ***Isenção de contribuição para a seguridade social***

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nºs 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente. Assim, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC, passou a ser o Ministério da Saúde, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC.

### **I. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A administração da Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras “carve-out”.

As seguintes normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade:

- CPC 23 – Definição de estimativas contábeis;
- CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis; e
- CPC 26 – Classificação de passivo em circulante e não circulante.

## **7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2022</b>
Aplicações financeiras	<u>484</u>
	<u><b>484</b></u>

Os recursos com restrição mantidos em caixa, contas-correntes e aplicações financeiras referem-se a valores recebidos do contrato de gestão firmado com órgãos governamentais, cuja utilização é restrita a operacionalizar projetos, aquisições e atividades predeterminadas e que poderão estar sujeitos à prestação de contas.

Os recursos estavam aplicados em Certificado de Depósito Bancário – CDB e Renda Fixa com mercado de liquidez, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para 2022.

## 8 Contas a receber - Contrato de gestão

	<b>2022</b>
Secretaria de Saúde de Pernambuco - SES (a)	417
	<b>417</b>

- (a) O saldo a receber da Secretaria de Saúde de Pernambuco – SES corresponde ao repasse da competência de dezembro de 2022.

## 9 Estoques

	<b>2022</b>
Almoxarifados	37
Materiais médicos e descartáveis	10
Medicamentos	5
Outros insumos assistenciais	2
	<b>54</b>

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2022 e concluiu não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência dos estoques, estoques de baixo giro, ou itens com data de validade vencida.

## 10 Fornecedores

Referem-se a obrigações correntes com fornecedores, principalmente de materiais e de serviços hospitalares.

	<b>2022</b>
Fornecedores de serviços	73
Fornecedores de materiais/consumos diversos	5
Fornecedores de insumos assistenciais	2
Outros	9
	<b>89</b>

## 11 Obrigações tributárias

	<b>2022</b>
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	11
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	6
INSS retido de terceiros PJ	3
ISS retido a recolher	1
	<b>21</b>

## 12 Obrigações trabalhistas e sociais

	<b>2022</b>
Salários a pagar (a)	98
Provisão para férias e encargos sobre férias	38
Encargos trabalhistas sobre folha	19
	<b>155</b>

- (a) O saldo corresponde aos valores relativos a folha de pagamento referente a competência do mês de dezembro de 2022.

### **13 Provisão para contingências**

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição da provisão para contingências.

Em 2022, a Entidade não possui causas com probabilidade de perda provável ou possível.

### **14 Patrimônio líquido**

#### **Patrimônio social**

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetos sociais e formado pelo superávit do exercício sociais.

A Entidade não distribui parcelas do patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

### **15 Receitas operacional líquida**

Durante o exercício de 2022, a receita operacional está composta conforme descrito a seguir:

	<b>2022</b>
Secretaria de Saúde de Pernambuco - SES	1.668
	<u><b>1.668</b></u>

### **16 Custos operacionais**

Representam os custos dos serviços médicos e hospitalares apresentados a seguir:

	<b>2022</b>
Pessoal	(503)
Serviços médicos prestados	(125)
Medicamentos, materiais hospitalares e descartáveis	(52)
Serviços laboratoriais	(17)
Outros custos com serviços	(48)
	<u><b>(745)</b></u>

### **17 Despesas operacionais**

	<b>2022</b>
Serviços de vigilância e locação	(108)
Manutenção e conservação	(97)
Serviços terceirizados	(13)
Outras receitas operacionais, líquidas	5
	<u><b>(213)</b></u>

## 18 Resultado financeiro, líquido

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>2</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas bancárias	(1)
Juros e multas	(2)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(3)</b>
<b>Total resultado financeiro, líquido</b>	<b>(1)</b>

## 19 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento de riscos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

### Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios.

**Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de liquidez imediata que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.

**Contas a receber – Contrato de gestão** - A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2022
Caixa e equivalentes de caixa	484
Contas a Receber – Contratos de Gestão	417
Outros ativos	19
<b>Total</b>	<b>920</b>

### Risco de liquidez

É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir, o máximo

possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31/12/2022	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Passivos financeiros						
Fornecedores	89	89	89	-	-	-

### Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa.

### Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações, conforme quadro demonstrativo referente ao exercício de 2022:

	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	484	484
Contas a Receber – Contratos de Gestão	417	417
Outros Ativos	19	19
Fornecedores	89	89

## 20 Certificado de entidade beneficente de assistência social

Conforme Processo nº 25000.077710/2023-53, através da Declaração de Tempestividade emitida pelo Departamento de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde (DCEBAS) acerca da validade do CEBAS da SPCC/HCP para fins de comprovação, a entidade protocolou em 17/12/2021, tempestivamente, o seu requerimento de renovação do CEBAS, o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no § 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

Em novembro de 2022, a Sociedade passou por uma diligência que resultou na emissão de um parecer emitido pela DCEBAS considerando que a Sociedade cumpre os requisitos obrigatórios à certificação no período supervisionado. Entretanto, até o momento, aguarda-se a publicação de nova Portaria de renovação da certificação.

## **21 Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2022.

\* \* \*

**Filipe Costa Leandro Bitu**  
Superintendente Geral das Unidades Sob Gestão

**Karla Souto Maior Gonçalves**  
Contadora  
CRC PE 026435/O